

EDUCAÇÃO

Eldorado de Carajás limpa má fama com Fundo Escolar

Conhecida por uma tragédia, o massacre de 19 sem-terras em abril de 1996, Eldorado do Carajás prepara sua volta ao noticiário nacional em grande estilo, desta vez com um bom exemplo: é o primeiro município brasileiro a começar a modificação do seu sistema educacional com o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Implantado no Pará desde julho deste ano, o Fundo permitiu que Eldorado se transformasse em um modelo que poderá ser seguido a partir de janeiro por todos os estados do país, quando a lei do Fundef entrar em vigor.

Eldorado é uma daquelas cidades pobres do interior onde as professoras ganhavam um salário-mínimo — quando conseguiam chegar a isso — e davam aulas em condições precárias. Desde julho, porém, elas são as servidoras públicas mais bem pagas do município: passaram a receber R\$ 414,00 por turno com cem horas/aula, o que significa 245% de aumento de uma só vez. No ano que vem, quando entrar em vigor o novo plano de carreira, chegarão a R\$ 625,00 por turno.

A prefeitura também iniciou um curso de capacitação de todos os professores leigos (sem curso de magistério), equipou todas as escolas com filtros, mimeógrafos e carteiras, reformou 22 escolas rurais, distribuiu kits de material didático e iniciou o Programa Caça ao Desistente. A euforia é tanta que a prefeitura já fala em instalar ar-condicionado e computadores nas cinco escolas urbanas, que pertenciam ao governo do estado e estão sendo municipalizadas.

Com a redistribuição financeira planejada pelo Ministério da Educação (MEC), Eldorado passou a receber do Fundef, desde julho, R\$ 160 mil por mês — verba maior que toda a receita do município até então: R\$ 120 mil mensais. Os recursos agora disponíveis para a educação no município são dez vezes maiores do que no início de 1997.

Mas a experiência pioneira do Pará está mostrando ao MEC que só o dinheiro não basta. Cerca de 85% dos municípios paraenses também tiveram aumento expressivo de recursos com o Fundef e, em alguns deles, os resultados praticamente não existem.

Marabá, por exemplo, gastava R\$ 210 mil por mês em educação até julho e passou a receber do Fundef em torno de R\$ 560 mil mensais. A lei que criou o fundo obriga os municípios a gastarem 60% dos recursos com os professores, mas em Marabá eles continuam ganhando R\$ 146. A desculpa do prefeito Geraldo Vélosó (sem partido) é que o valor dos repasses tem variado mês a mês e, assim, ainda não seria possível calcular para quanto devem subir os salários. "O dinheiro existe, mas realmente ainda não foi usado", lamenta a secretária de Educação, Albertina dos Reis.

O governo do Pará, que só de julho a dezembro recebeu mais R\$ 20,2 milhões por conta do Fundef, também deu aos professores apenas um abono de R\$ 32,00 por cento horas/aula, o que elevou o piso salarial de R\$ 129,00 para R\$ 161,00. A diferença é tão grande que em Eldorado as professoras da rede estadual não vêem a hora de serem transferidas para o município.